



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000867-28.2023.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ASSUNTO: Final de pregão eletrônico - Formação de registro de preços para eventual prestação de serviço de Ginástica Laboral, Massagem Terapêutica, Reeducação Postural Global (RPG) e Avaliação Nutricional em benefício dos servidores (efetivos, requisitados e cedidos) que desempenham suas atividades no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - **Análise**.

PARECER JURÍDICO Nº 268 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica - SAMES, com objetivo de abrigar a tramitação dos atos necessários à **formação de registro de preços** para eventual prestação de serviço de Ginástica Laboral, Massagem Terapêutica, Reeducação Postural Global (RPG) e Avaliação Nutricional em benefício dos servidores (efetivos, requisitados e cedidos) que desempenham suas atividades no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com contornos delineados no documento de formalização da demanda ([1008488](#)).

02. O relato completo do procedimento até a elaboração dos documentos da fase preparatória, entre eles TR nº 15/2023 – SAMES (1044019) e minuta de edital ([1055567](#)), está reproduzido no **Parecer Jurídico nº 191**, de 14/09/2023 ([1056327](#)). Na sequência, após Manifestação nº 403/2023 ([1060816](#)) do Secretário da SAOFC, a Diretora-geral aprovou os documentos integrante da fase de planejamento da contratação, autorizou a contratação pretendida, mediante licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, sem inversão de fases, com critério de julgamento pelo menor preço, na forma do arts. 6º, XLI c/c 17, § 2º c/c 29, todos da Lei nº 14.133/2021, autorizou a utilização de Sistema de Registro de Preços, com divulgação da Intenção de Registro de Preço, em atenção ao art. 7º do Decreto Federal nº 11.462/2023 e deu outros comandos, consoante Despacho nº 1084/2023 – GABDG ([1061903](#)).

03. Assim, em observância ao Despacho nº 2172/2023 – GABSAOFC ([1063721](#)), a ASLIC publicou o Edital do Pregão Eletrônico nº 16/2023, conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento ([1067651](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas – Comprasnet ([1073904](#), [1073905](#), [1073909](#) e [1073911](#));

b) Relatório de Declarações ([1075107](#));

c) documentos de habilitação da licitante GM SAÚDE LTDA, CNPJ 12.782.055/0001-57, juntados no evento [1075117](#), que, após manifestação da unidade técnica ([1075284](#)), foi aceita;

d) documentos de habilitação da licitante MARK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA, CNPJ 21.482.987/0001-06, juntado no evento [1075124](#), que, após manifestação da unidade técnica ([1075284](#)), foi aceita para os itens 3 e 4, contudo, em razão de recurso interposto foi considerada inabilitada ([1082269](#));

e) documentos de proposta ([1083954](#)) e de habilitação da licitante ESTILO ATIVO SERVIÇOS LTDA, CNPJ 19.326.019/0001-50, juntados nos eventos [1083978](#) e [1083980](#), que, após manifestação da unidade técnica ([1084190](#)), foi aceita para os itens 3 e 4;

f) Termos de Julgamento das propostas e documentos de habilitação para cada item ([1075921](#), [1075925](#), [1075926](#), [1075927](#), [1084705](#) e [1084717](#)).

FASE RECURSAL:

Houve dois registros de intenção de recurso para os itens 2 e 4 apresentado por licitantes distintos. No tocante ao item 2, o licitante posteriormente desistiu do recurso, afirmando a regularidade dos documentos apresentado pela empresa vencedora, conforme documento juntado ao evento [1075928](#).

Quanto ao item 4, a licitante **ESTILO ATIVO SERVIÇOS LTDA. ME** ([1075927](#)) registrou intenção de recurso, que foi aceita pelo Pregoeiro.

A referida licitante apresentou razões recursais ([1075929](#)), nas quais, em síntese, ataca a decisão que habilitou a licitante vencedora MARK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA em razão de os dados contidos no atestado de habilitação técnica conter divergência entre a denominação social e CNPJ, não está explícito a realização de serviço de acompanhamento nutricional e o responsável pelos serviços prestados não está inscrito no Conselho de Nutrição e Fisioterapia; bem como alegou que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a empresa não possuir registro no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

Não foram apresentadas contrarrazões.

Após diligências realizada pelo pregoeiro ([1081159](#)) e manifestação da unidade técnica ([1081440](#)), a decisão impugnada foi revista, sendo exercido o juízo de retratação ([1082269](#)).

05. Por fim, o pregoeiro registrou as principais ocorrências do **certame** em seu Relatório 56/2023 ([1085638](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLIC a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([1085644](#)). **É o necessário relatório.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

06. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 55, II, “a”, da Lei nº 14.133/21, dando-se a devida publicação do edital de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas ([1067651](#)), em atendimento ao disposto na disposição legal citada.

07. Ainda, verifica-se, no evento [1067651](#), a publicidade do instrumento convocatório realizada mediante sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 54 da Lei nº 14.133/202, a ocorrência da publicação do extrato do edital no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação, como preconiza o §1º do artigo citado, bem como a sua divulgação adicional e a manutenção do seu interior teor no sítio eletrônico oficial deste Regional. Nota-se que houve reagendamento da data de abertura do certame para o dia 17/10/23 em virtude de instabilidade no sistema e visando a segurança e transparência da contratação ([1072519](#) e [1072522](#)).

08. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital:

Não houve;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Lances: Não houve lances para item conforme registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([1073904](#), [1073905](#), [1073909](#) e [1073911](#));

d) Item deserto: Não houve;

e) Cancelados na Aceitação: Não houve;

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas.

ANÁLISE: As diversas ocorrências foram registradas no item 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([1085638](#)), cujas justificativas - também alinhavadas no relatório deste parecer - demonstram a aplicação objetiva dos critérios de recusa e aceitação de proposta.

Os atos contaram com a oitiva prévia da unidade demandante ([1074419](#) e [1084190](#)), determinante para a aceitação das propostas:

- para os itens 1 e 2, no valor total de R\$ 32.136,00, à licitante **GM SAUDE LTDA**;
- para os itens 3 e 4, no valor total de R\$ 62.296,00, à licitante **ESTILO ATIVO SERVIÇOS LTDA**;

De acordo com os registros constantes dos termos de julgamentos trazidos ao processo houve abertura da fase de negociação com as licitantes no intuito de redução dos preços ofertados. Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nas decisões do Pregoeiro.

g) Fase de Habilitação: Após a juntada dos documentos de habilitação técnica ([1075117](#), [1075124](#), [1083978](#) e [1083980](#)), a unidade demandante manifestou pelo cumprimento das exigências editalícias ([1075284](#) e [1084190](#)).

Dessa forma, de acordo com os registros que constam Termo de Julgamento ([1075921](#), [1075925](#), [1084705](#) e [1084717](#)), a documentação das licitantes **GM SAUDE LTDA (itens 1 e 2)** e **ESTILO ATIVO SERVIÇOS LTDA (itens 3 e 4)** foi julgada regular.

Registra-se que a empresa **MARK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS**, inicialmente foi habilitada para os itens 3 e 4; contudo, após análise do recurso apresentado a sua habilitação, constatou-se que a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitante não atendeu aos requisitos editalícias e, conseqüentemente, foi inabilitada.

Além disso, reaberto o certame, para item 4, a licitante PRO VIDA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA não apresentou documento de habilitação e a consulta junto ao SICAF não foi suficiente para atender às exigências listadas no item 8 do edital, sendo também inabilitada.

FASE RECURSAL:

INTENÇÃO DE RECURSO:

A licitante SOARES ATIVIDADES FISICAS LTDA registrou intenção de recurso, contudo declarou a desistência do recurso ([1075928](#)). Logo, apesar de opção no sistema pela intenção de recurso, não há necessidade de sua análise.

Ainda, a licitante **ESTILO ATIVO SERVIÇOS LTDA** ([1075927](#)) registrou intenção de recurso, que foi aceita pelo Pregoeiro.

RECURSO:

Relativamente à intenção de recurso apresentada pela licitante citada no relatório, foi aduzido em suas razões o seguinte ([1075929](#)): (i) divergência entre a denominação social e CNPJ da emitente do Atestado de Capacidade Técnica; (ii) incoerência entre os serviços prestados, indicativo dos serviços, quantitativo global e o especialista responsável pela execução dos serviços; e (iii) ausência de habilitação empresária para execução do objeto licitado.

Observando o princípio da celeridade e as disposições do Edital (11.2, 11.4 e 15.4), o pregoeiro solicitou cópia do contrato que originou a contratação mencionada no Atestado de Capacitação Técnica apresentado pela empresa MARK SOLUÇÕES EMPRESARIAS LTDA. No entanto, a referida licitante não conseguiu apresentá-lo e declinou dos itens arrematados.

Em seu juízo de retração ([1082269](#)), o pregoeiro argumentou e decidiu:

Na sua manifestação, a unidade técnica demandante se pronunciou conforme segue:
Sr. Pregoeiro,

Em atenção à Solicitação 192 ([1081161](#)), meio pelo qual a unidade demandante foi instada a se manifestar quando as razões apresentadas pela empresa MARK



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SOLUÇÕES EMPREENDIMENTOS LTDA, sagrada vencedora dos itens 3 e 4 no Pregão Eletrônico SRP 16/2023, essa unidade técnica apresenta as seguintes considerações:

- no que se refere ao requisito técnico constante no Atestado de Capacidade Técnica ([1075124](#)) apresentado a empresa demonstra os requisitos exigidos no LICITAÇÃO LEI 14133/21- TR PARA SERV. SEM DEMO 15 ([1044019](#)), qual seja:

...

8.8 Qualificação Técnica:

8.8.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

I. atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante executou ou está executando, a contento, no mínimo 30% (trinta por cento), do objeto pertinente e compatível com o deste Termo de Referência. Assim, deverá ser comprovada a execução de 94 aulas de ginástica laboral, 187 massagens terapêuticas, **125 sessões de RPG e 62 consultas/avaliação nutricional.** (grifo meu).

...

- entendemos que a análise da conformidade do documento apresentado quanto aos aspectos legais, dentre eles CNPJ, nome da empresa, razão social, endereço, etc., não cabe à unidade técnica, uma vez que não possuímos formação e conhecimento para referida análise;

- considerando que diante da solicitação do Pregoeiro para que a empresa vencedora enviasse cópia do contrato que deu origem à contratação mencionada no atestado apresentado, bem como a apresentação de quaisquer outras informações e documentos que objetivassem subsidiar o atestado a fim de atender ao recurso interposto ao item 4, a empresa não só informou que não seria capaz de apresentar tais documentos para o item 4 bem como solicitou o declínio dos itens no certame ([1081159](#)). Assim, subentende-se que não seria capaz de prestar tais informações e apresentar os documentos solicitados para o item 3 igualmente.

Diante do exposto, nos manifestamos no sentido de que caso o entendimento seja que o documento apresentado para fins de habilitação técnica ([1075124](#)) não for adequado para cumprir os requisitos do item 4, o mesmo se aplicará ao atendimento do item 3.

(...)

6. (I) Divergência entre a denominação social e CNPJ da emitente do Atestado de Capacidade Técnica

(...)

6.3. Pois bem. Inicialmente, é importante observar que o recorrente não anexou documentos de apoio às alegações apresentadas. No entanto, cumprindo nossa responsabilidade de diligência, realizamos pesquisa semelhante e verificamos que a situação está de acordo com o relatado pelo recorrente, no que diz respeito aos pontos i, ii e iii ([1081935](#)). Além disso, em conformidade com as disposições dos itens 11.2, 11.4 e 15.4 do edital, realizamos diligência junto ao licitante vencedor, solicitando que nos apresentasse cópia do contrato que deu origem à contratação mencionada no atestado (como especificado no atestado, trata-se do contrato número 3479/2023), assim como qualquer outra documentação que pudesse esclarecer o conteúdo do atestado. No entanto, o vencedor não apresentou qualquer documentação ou informação relativa ao atestado, mesmo após a prorrogação do prazo ([1081159](#)).

6.4. Diante do resultado da pesquisa e considerando que o licitante vencedor não atendeu à diligência (mas apresentou solicitação de declínio) apresentando



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

documentação hábil para esclarecer e confirmar o atestado, bem como a previsão editalícia de que o não atendimento à diligência destinada a elucidar ou a complementar a instrução do processo importa em recusa ou inabilitação, conforme o caso, conclui-se que o documento apresentado pela empresa não é hábil a atender o edital.

7. (ii) Incoerência entre os serviços prestados, indicativo dos serviços, quantitativo global e o especialista responsável pela execução dos serviços.

(...)

7.3. Pois bem. Inicialmente, é importante registrar que a empresa ora vencedora também foi habilitada para o item 3 da licitação, que se refere ao serviço de Reeducação Postural Global (RPG). E que, o atestado em comento, também foi apresentado e avaliado para o referido item (1075284). Além disso, é relevante salientar que o edital não estabelece diretrizes específicas quanto à forma de confecção do atestado.

7.4. Portanto, conforme explicado no item 6.4 deste documento e reforçado pela análise técnica mencionada anteriormente (item 7.2), conclui-se que a documentação apresentada não é hábil a atender o edital.

7.5. No que tange à questão de o responsável pela execução não possuir registro nos Conselhos de Nutrição e Fisioterapia, é importante observar que o edital não estabeleceu tal requisito como condição habilitatória. Portanto, a avaliação desse critério e as observações feitas estão fora do escopo da análise da unidade técnica e do que foi exigido no edital. No entanto, caso a Autoridade Superior entenda pertinente, poderá tomar as medidas que entender cabíveis ao caso. Além disso, nos termos do recurso, denúncias acerca disso serão encaminhadas pelo recorrente aos órgãos de controle e fiscalização.

8. (iii) Ausência de habilitação empresarial para execução do objeto licitado.

8.1. De acordo com o recorrente, em síntese, a empresa ora vencedora não possui destinação profissional compatível com o objeto da licitação.

8.2. Primeiramente, é importante salientar que o edital do processo de licitação proíbe a participação de licitantes que não possuam, em seu ato constitutivo, ramo de atividade compatível com o objeto da licitação (conforme estipulado na alínea b do item 4.5.2 do edital). Nesse sentido, o edital prevê que o Pregoeiro deve desclassificar, recusar a proposta ou **inabilitar o licitante, dependendo da fase em que se encontra a licitação, quando verificar que o licitante não cumpri esse requisito (conforme descrito na alínea a do item 4.8 do edital).**

8.3. Além disso, o edital estabelece que a verificação da compatibilidade do ramo de atividade do licitante com o objeto da licitação pode ser realizada em qualquer fase do processo, mediante solicitação de apresentação de cópia do ato constitutivo ou consulta aos registros no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

8.4. Por fim, é importante salientar que a empresa, no momento do cadastramento de sua proposta no sistema, declarou estar em conformidade com todas as condições de habilitação e que sua proposta atende a todas as exigências estipuladas no edital de convocação. Além disso, a empresa apresentou atestado de prestação de serviço no ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, o que levou a inferir, naquele momento de análise, que a empresa pertencia ao referido ramo.

8.5. Pois bem, no que tange a este ponto em análise, procedemos a uma nova análise dos documentos fornecidos pela empresa, além de realizar consulta junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no nível de credenciamento. Constatamos que, conforme alegado pelo recorrente, a empresa possui um total de 19 atividades empresariais registradas no SICAF e que, entretanto, nenhuma delas se enquadra no ramo compatível com o objeto da licitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.6. Portanto, o recorrente está correto em sua alegação, uma vez que a empresa vencedora não está em conformidade com o que está previsto na alínea b do item 4.1 do edital e, como resultado, se enquadra na restrição mencionada na alínea b do item 4.5.2 do edital.

(...)

III - CONCLUSÃO

10. Por todo o exposto, com base no disposto no art. 165, § 2º, da Lei n. 14.133/2021:

- a) Conheço do recurso, dadas a tempestividade, a legitimidade e a adequação do meio;
- b) No mérito, revejo a decisão atacada (habilitação do vencedor), exercendo juízo de retratação, pelos fatos e motivos expostos;
- c) Fixo a data de reabertura do certame para o dia 10 de novembro de 2023, às 14h30min (horário de Brasília/DF).

Análise: Esta unidade entende como legal e provida de lastro normativo (normas do edital) a decisão do Pregoeiro. Como ali registrado, a questão principal atacada (habilitação) não foi atendida pela empresa recorrida. Realmente os dados presentes no Atestado de Capacitação Técnica não são capazes de atender o edital, uma vez que não foi possível, mesmo após solicitação de diligências, atestar a veracidade dos fatos nele alegados. Além do mais, constatou-se que a licitante não possui nenhuma atividade empresarial registradas no SICAF enquadrada no ramo compatível com o objeto da licitação em comento.

Em razão do exposto, esta Assessoria jurídica entende que o conhecimento do recurso foi devido, vez que tempestivo, aviado por parte legítima, sendo o instrumento adequado à eventual correção do ato atacado e, no mérito, a revisão da decisão atacada (habilitação do vencedor) pelo pregoeiro foi medida adequada, conforme fundamentos que integram a decisão do Pregoeiro e os demais elementos contidos neste parecer jurídico.

09. Assim, deve-se registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no Termo de Julgamento. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – DA CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina:

I - Pela manutenção da decisão - em sede de juízo de retratação exercido pelo Pregoeiro ([1082269](#)) - no recurso manejado pela licitante **ESTILO ATIVO SERVIÇOS LTDA** ([1075929](#)), com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório e, consequente inabilitação da licitante **MARK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS - CNPJ 24.485.960/0001-57**, na forma registrada no Termo de Julgamento ([1084705](#));

II - Pela **adjudicação** dos itens do objeto pela autoridade superior em favor das licitantes:

- **GM SAÚDE LTDA, CNPJ 12.782.050/0001-57**, detentora da melhor proposta oferecida aos itens 1 e 2; e
- **ESTILO ATIVO SERVIÇOS LTDA, CNPJ 19.326.019/0001-50**, detentora da melhor proposta oferecida aos itens 3 e 4.

III - Pela **homologação do certame pela autoridade competente**, nos exatos contornos dos Termos de Julgamento ([1075921](#), [1075925](#), [1084705](#) e [1084717](#)), com fundamento no art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021.

11. Orienta-se que, após a decisão da autoridade superior, os autos retornem à ASLIC para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

12. Ressalta-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 22/11/2023, às 12:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 22/11/2023, às 12:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1087890** e o código CRC **2E18D97A**.